

PSICOLOGIA & SOCIEDADE



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia

Social

Brasil

Rocha Mattos, Amana; Rabello de Castro, Lucia
Jovens e a liberdade: reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência
Psicologia & Sociedade, vol. 28, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 65-73
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309343970008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

JOVENS E A LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE AUTONOMIA, RESPONSABILIDADE E INDEPENDÊNCIA

*JÓVENES Y LA LIBERTAD: REFLEXIONES SOBRE AUTONOMÍA,
RESPONSABILIDAD E INDEPENDENCIA*

*YOUNG PEOPLE AND FREEDOM: CONSIDERATIONS ON AUTONOMY,
RESPONSIBILITY AND INDEPENDENCE*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p065>

Amana Rocha Mattos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Lucia Rabello de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

RESUMO

O presente artigo discute material de oficinas realizadas com jovens sobre os sentidos dados por eles à liberdade e ao exercício dela em suas vidas. A análise foi feita a partir de crítica teórica à concepção de indivíduo livre da teoria liberal, bem como de crítica à consideração da infância e da juventude pela Psicologia do Desenvolvimento como etapas de concretização desse projeto de independência individual. Buscou-se problematizar tal referencial com base em discussões trazidas pelos próprios sujeitos ao longo das oficinas.

Palavras-chave: liberdade; jovens; autonomia.

RESUMEN

El presente artículo discute los hallazgos de talleres realizados con jóvenes sobre los sentidos que ellos dan a la noción de libertad y a su ejercicio en sus vidas. El análisis es basado en la crítica teórica a la concepción de individuo libre de la teoría liberal, así como en la crítica de la concepción de la infancia y la juventud de la Psicología del Desarrollo como etapas que expresan ese proyecto de independencia individual. Con base en las discusiones aportadas por los jóvenes en los talleres, se pudo problematizar tal referencial teórico.

Palabras clave: libertad; jóvenes; autonomía.

ABSTRACT

This paper analyzes empirical data collected during focus groups with teenagers about the meanings they give to the idea and the experience of freedom in their lives. This analysis was developed based on a critique of the free individual conception of Liberal Theory, and of the childhood and youth as developmental stages of the individual in order to reach independency in an individual level, according to Developmental Psychology. These issues were problematized considering the discussions that took place during the focus groups among the subjects.

Keywords: freedom; young adults; autonomy.

Introdução

Liberdade é um valor central nas sociedades democráticas. Mas não apenas isso: nas sociedades democráticas modernas, “ser livre” é direito almejado por todos e prazer a ser usufruído na esfera privada. Os embaraços que podem ocorrer no exercício da liberdade são marcados pelos conflitos que surgem a partir de atos que, inevitavelmente, envolvem outros indivíduos, perturbam limites, põem em questão convenções e costumes já estabelecidos. Nesse cenário, é significativo que os jovens estejam vivendo uma etapa de vida associada pelo senso comum ao pleno exercício da liberdade. De maneira geral, a juventude é pensada em nossa sociedade como o período em que o indivíduo pode “viver mais livremente”, pois, por não ter tantos compromissos sociais com trabalho ou família, poderia exercitar a liberdade de escolha em momentos que serão decisivos para a sua vida futura (escolha da profissão, do parceiro amoroso, de sua ‘identidade’ estética). Além disso, reuniria qualidades próprias dessa idade (saúde, beleza, vitalidade, vigor físico...) que são socialmente relacionadas à ideia de liberdade.

Essa apreensão social da juventude é, sem dúvida, muito geral e turva. Mas, ainda que tomada em sentido amplo, a ideia que se tem de juventude no senso comum nos serve para ilustrar como, em nossa sociedade, esta se aproxima do tema da liberdade em muitos sentidos. No presente trabalho, aprofundamos a compreensão dos jovens sobre liberdade, valorizando-a ou não em suas vidas, e discutimos como as relações com o outro – em especial com os familiares – se configuram a partir dos sentidos que os jovens pesquisados deram a tal palavra. Os jovens, assim como os adultos, se veem convocados a se subjetivarem tendo a liberdade como um valor que pauta desejos e relações, e que marca as concepções de felicidade e realização pessoal (Mattos, 2012).

Para discutirmos o material empírico, realizamos uma breve revisão do tema da liberdade entre alguns autores da teoria liberal. A escolha por esse campo teórico se deu, em primeiro lugar, pela importância central que a liberdade assume nos textos do liberalismo: trata-se do valor último a ser buscado, defendido e garantido na sociedade. Em segundo lugar, é sabido que o pensamento liberal norteia inúmeras práticas políticas, econômicas e sociais nas sociedades democráticas, principalmente nos dois últimos séculos, fazendo com que o entendimento da ideia liberal de liberdade seja premente em nossa pesquisa.

Entendemos que, ao privilegiar o exercício da liberdade de uma perspectiva individualizante, as

abordagens liberais tendem a minimizar a dimensão conflitual, de desentendimento e de tensão que se produzem na experiência de liberdade. Ao isolar a liberdade como atributo e direito do indivíduo, perde-se a dimensão coletiva implicada em seu exercício, além de afastar-se a temática da liberdade do campo da política e do agir comum.

Nas oficinas que realizamos com os jovens, os participantes levantaram interessantes problemas para a acepção individualizada do exercício da liberdade, colocando em questão o ideal tão difundido de indivíduo livre e autossuficiente, e levando-nos a nos perguntar se seria possível que todos os constrangimentos fossem ultrapassados para que o sujeito experienciasse a liberdade (tal como preconizada pela teoria liberal) plenamente.

Liberdade negativa: o conceito de liberdade da teoria liberal

A ideia de liberdade que circula em conversas e debates, que é vivida e sentida como dimensão importante da vida pessoal, não surge espontaneamente no cotidiano e no pensamento das pessoas. Como um problema caro às ciências políticas e à filosofia, a história do conceito de liberdade se mistura com a própria história da modernidade. Objeto de grandes disputas teóricas e nas relações de poder, a ideia de liberdade tem uma trajetória que percorre as principais escolas e domínios da filosofia e das ciências humanas. No que se refere à discussão da ideia de liberdade, uma das correntes teóricas mais importantes das ciências políticas e da economia é, certamente, o liberalismo.

Há, entre os autores liberais, diferentes definições acerca da noção de liberdade, assim como de seus limites e regulações na sociedade. Entretanto, algumas características deste conceito são recorrentes, como a associação da liberdade à ideia de independência e o fato de a liberdade ser um atributo individual. Esta definição de liberdade é a que Isaiah Berlin (2002) denominou como “liberdade negativa” em seu célebre texto “Dois conceitos de liberdade”. A liberdade negativa está relacionada à esfera que o sujeito tem ou recebe para fazer ou ser o que quiser, sem sofrer a interferência de outros sujeitos. Entendendo que a dimensão da liberdade individual é garantida na medida em que o indivíduo (ou um grupo) não sofre interferência, isto é, coerção de outrem (que podem ser outros indivíduos, grupos, ou mesmo o Estado), alguém é livre se pode agir e se expressar segundo seus interesses e preferências. “Quanto maior a área de não interferência, mais ampla minha liberdade.” (Berlin, 2002, p. 230).

Vemos ser reiterada, entre praticamente todos os grandes autores liberais, a liberdade como um valor de suma importância para o indivíduo, como uma qualidade que surgiria da ampliação das possibilidades de escolha, de expressão e de realização individual. É notável que o sentido negativo de liberdade seja pensado como um direito ou uma qualidade íntima que precisaria ser garantido e protegido das ameaças do Estado ou de outros indivíduos que porventura se precipitem sobre a liberdade alheia (Casarin, 2008).

É exatamente nesse sentido que o filósofo inglês John Stuart Mill encaminha sua obra e especialmente seu ensaio *Sobre a liberdade*, publicado em 1859, trabalho fundamental para a constituição do liberalismo moderno. Preocupado com as ameaças a que as liberdades individuais estariam expostas, Mill procura discutir as razões pelas quais os homens querem impor coerções uns aos outros. Defensor dos princípios de tolerância, de liberdade de expressão e religiosa, o filósofo crê, como afirma Berlin (2000), na limitação do direito de coerção, “porque está certo de que os homens não podem desenvolver e florescer, tornando-se plenamente humanos, a menos que fiquem livres da interferência de outros homens dentro de uma certa área mínima de suas vidas, que considera – ou deseja tornar – inviolável.” (Berlin, 2000, p. XXXI).

Da criança da psicologia do desenvolvimento ao cidadão da política liberal

A valorização do indivíduo como célula constitutiva da sociedade moderna demandou a criação de disciplinas que visavam explicar como esse indivíduo se forma, comporta-se, pensa e interage com outros indivíduos e em sociedade. Na psicologia, a influência do pensamento liberal é notável – e a concepção de liberdade negativa é conceito-chave para a construção de teorias que explicam o sujeito sobre o qual a psicologia se debruça (Castro, 2010).

Para os autores liberais, o sujeito da política, da vida em sociedade é concebido como um sujeito autocentrado, motivado por seus interesses individuais, capaz de reflexão e bom senso. O cidadão, no pensamento liberal, é aquele membro da sociedade que possui uma dimensão afetiva e íntima, possui crenças religiosas, opiniões variadas, gostos e interesses que podem e devem ser realizados na esfera privada. Respeitando-se as leis vigentes e as regras de convivência de sua sociedade (que objetivam garantir que os demais possam ter esse mesmo direito), o cidadão também pode (e deve) se manifestar no espaço público. Para tanto, o cidadão precisa ser conhecedor

de seus deveres, cumpridor da lei, e saber de suas responsabilidades.

Assim, identificamos a articulação da concepção de sujeito racional presente na teoria liberal com as teorias desenvolvimentistas, promovidas pela psicologia desde seu surgimento enquanto ciência, no final do século XIX, até os dias atuais. A psicologia do desenvolvimento insere-se de maneira privilegiada como disciplina no projeto moderno, oferecendo explicações e previsões a respeito das etapas pelas quais a criança precisaria passar para se tornar um cidadão adulto normal da sociedade em que vive.

Nesse sentido, a noção de sujeito racional, ou autônomo, serve de referencial para a organização do campo da psicologia do desenvolvimento, colocando a criança em um não lugar em relação ao adulto, e entendendo a idade adulta como ponto de chegada do pensamento e do conhecimento (Marchi, 2011; Qvortrup, 2010). Dentre os autores da psicologia do desenvolvimento, Jean Piaget é o exemplo mais representativo desta concepção. Em seus textos, a comparação entre criança e adulto aparece, invariavelmente, como a de alguém que ainda não sabe/não aprendeu com alguém que já está formado, já cumpriu o processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo.

É possível reconhecer concepção de sujeito, em formação, quando tomamos a própria denominação dessa área, em que o termo “desenvolvimento” hierarquiza as posições bebê – criança – adolescente – adulto em função da valorização de determinadas características.

Na teoria do sujeito que se sustenta no campo da política tradicional, vemos a exclusão de temáticas como o conflito, o descentramento, a não identidade e a ambivalência (Burman, 2008). Quando estas aparecem, são justamente para assumir o lugar pejorativo da negatividade, desqualificando indivíduos, grupos e faixas etárias para o exercício da política institucional.

Pensada como um ser aquém das capacidades necessárias para a vida no mundo público, a criança (assim como o jovem) está em preparação – na convivência familiar, na escola, nas brincadeiras, na comunidade – para a vida cidadã em sociedade. Essa preparação não se dá espontaneamente, mas é pensada e orientada pelas áreas de conhecimento que se apropriaram do cuidado da infância em fins do século XIX, e que se mantêm como especialistas sobre a criança, ao lado da psicologia, até nossos dias: o saber médico e a normatividade pedagógica (Assunção, Assis, & Campos, 2012; Gouvea & Bahiense, 2011). À família, célula social responsável pelos cuidados da

criança e por sua inserção primeira no mundo, cabe o dever de realizar essa preparação que será continuada pela escola.

A discussão sobre a socialização de crianças e jovens está diretamente ligada ao projeto de sociedade democrática que se erige no século XX. Inúmeros autores vão discorrer acerca de tal processo, buscando identificar e discutir, em suas pesquisas, as práticas que melhor realizem esse trajeto entre o mundo privado e incapaz da criança e o mundo público e potente do adulto. (Berger & Luckmann, 2003; Piaget, 1986; Piaget & Inhelder, 1978). Trata-se de um lento processo de preparação para a suposta “vida produtiva” do adulto do qual escola e família participam ativamente, criando expectativas e desenvolvendo estratégias para que ele se desenrole como esperado. Dela, os mais novos não saberiam quase nada, desconhecendo suas dificuldades e obrigações. Restaria apenas a obrigação de atender aos adultos e contribuir nos espaços reservados à sua atuação, como um exercício para a participação no mundo público a médio ou longo prazo.

A seguir, discutimos de que forma os jovens, ainda que se encontrem apreendidos pelo lugar da não liberdade, próprio de sua tutela pelos adultos, oferecem importantes reflexões ao problema da liberdade hoje e a suas concepções individualizantes.

As oficinas com jovens

O material que analisamos a seguir foi resultado de oficinas com jovens (no formato de grupos de reflexão) realizadas com quatro grupos em diferentes espaços e realidades socioeconômicas da cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro. Procuramos discutir suas falas buscando reconhecer o quanto elas encenam conflitos, tensões e impasses que colocam problemas para a própria teoria liberal quando esta se propõe a discutir a liberdade a partir de seu referencial individualista. Nossa intuito é apresentar de que forma os jovens sujeitos da pesquisa problematizaram, baseados em suas vivências e reflexões, as noções de liberdade individual, independência e autonomia, tão valorizadas em nossa sociedade.

As oficinas foram realizadas em quatro instituições distintas: em um colégio particular (CP) localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro; em um grupo de teatro (GT) localizado em um Centro de Cidadania da Prefeitura do Rio de Janeiro nas proximidades de uma grande favela na Zona Sul; em um instituto de educação (IE) estadual localizado na Zona Metropolitana do Rio de Janeiro; e em um colégio federal (CF) localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O convite para a participação nas oficinas foi feito de diferentes maneiras em cada uma das instituições, mas a participação de todos os jovens foi voluntária. As oficinas se dividiram em três encontros com cada grupo, e a atividade foi conduzida pela pesquisadora, que estabeleceu o relatório das discussões após cada encontro. Na tabela 1 constam as informações sobre cada um dos grupos:

Tabela 1

	Colégio particular (CP)	Grupo de teatro (GT)	Instituto de educação (IE)	Colégio federal (CF)
Participantes	10	10	10	5
Faixa etária	15 a 17 anos	13 a 20 anos	16 a 24 anos	14 a 18 anos
Escolaridade	1º ao 3º ano EM	6º ano EF a EM completo	1º ao 3º ano EM	9º ano EF ao 3º ano EM
Gênero	6F e 4M	5F e 5M	8F e 2 M	5F

Para as oficinas, foram elaboradas situações fictícias em formato de texto, que tinham jovens como personagens principais, e que apresentavam um impasse com a temática da liberdade. As situações funcionaram como um disparador para que os jovens falassem acerca de questões vividas por eles próprios, e também como um ponto de referência para se posicionarem a respeito do que pensam sobre liberdade.

Liberdade e vida doméstica

Desde o início das oficinas, os jovens relacionaram a temática da liberdade com suas próprias vidas e, ao fazerem isso, ressaltaram sua condição de dependência em relação aos pais. O panorama desenhado através das conversas nos grupos foi muito rico e complexo, e nos oferece elementos para entendermos os sentidos que os jovens participantes da pesquisa dão à ideia de liberdade.

A queixa sobre os limites impostos pelos pais apareceu nos quatro grupos, tendo sido tratada de diferentes maneiras. Insatisfeitos com as exigências dos adultos, muitos jovens se queixaram de que ser livre é impossível quando se mora com os pais, pois se deve dar satisfações aos adultos. Como afirmou uma participante: “*Não entendo! Por que não podem confiar na gente?! Eu acho engraçado isso! A gente é nova demais para sair, para namorar, mas é velha o suficiente pra saber arrumar a casa, cuidar das coisas...*” (garota, 15, GT).

A experiência de liberdade apareceu associada à possibilidade de se ter maior privacidade, de poder fazer escolhas e tomar decisões em suas próprias vidas, e falas que se referiam à (falta de) liberdade na convivência com os pais foram recorrentes. Falar de liberdade com os jovens foi ter as oficinas atravessadas pela questão: o que significa ser livre quando se vive em uma condição que não é aquela prototípica do indivíduo liberal, isto é, independente, autossuficiente, responsável por si mesmo e preparado (legal e educacionalmente) para assumir as consequências de seus próprios atos?

Especialmente no grupo de teatro, a discussão sobre as proibições dos pais mobilizou bastante os jovens. Eles falaram sobre como se sentem presos pelas regras e ordens dos pais, e ficaram à vontade para contar as estratégias que encontram para burlar tais proibições. Neste grupo, os participantes se divertiram em partilhar com os colegas histórias a respeito de proibições dos pais e sobre suas “fugas”, em que eles saíam escondidos de casa, mentiam, faziam coisas que os pais não permitem e, nessas ocasiões, se sentiam livres. Eles também contaram o que acontece quando os pais descobrem a “fuga” ou a mentira, descrevendo com detalhes os castigos que sofrem, muitos destes físicos. Um jovem disse que, na primeira vez em que fugiu de casa, aproveitou para fazer “tudo o que queria e não podia”, porque “não adianta eu fugir pra ir jogar videogame e voltar pra casa. Não vale a pena, porque vou apanhar” (garoto, 14, GT).

Vários relatos foram nessa direção: muitas vezes eles discordam das regras que seus pais lhes impõem, e não veem meios de negociar e conseguir mudar essas regras. Nessas situações, em que têm que obedecer ao que é imposto pelos pais e percebido como arbitrário, fazer algo escondido surge como uma possibilidade de viver certas experiências de maneira autônoma, isto é, por si mesmos. Os jovens narraram com orgulho suas “escapadas”, divertindo-se com a semelhança entre os casos contados por cada um. As punições que sofreram eram divididas com cumplicidade, e eles riem das surras e castigos enquanto contavam suas histórias. Para esses jovens, ser livre não se tratava de fazer algo “sem sofrer impedimentos”, até porque a condição de filho(a) em que todos eles se encontravam não permitia esse tipo de experiência. Entretanto, agir e arcar com os castigos e punições era uma maneira de legitimar tal ação, de concretizar a liberdade desejada.

Os jovens do grupo de teatro foram os que trouxeram de maneira mais explícita o incômodo com as regras e os limites dos pais. Nos outros grupos, todavia, essas questões também apareceram, ainda que com outras entonações. No colégio federal, por

exemplo, as participantes falaram sobre as dificuldades da convivência com os pais, sobretudo no que tange ao uso do espaço comum, a casa em que vivem:

Pra mim, liberdade não é só sair de casa, ‘poxa, tô livre!’, sabe? Liberdade também é poder ficar em casa à vontade, entendeu? Se os pais esperam que você saia de casa, pra onde você vai, sabe? Pra mim isso é uma questão. (garota, 15, CF)

As participantes falaram muito acerca da dificuldade encontrada pelo jovem para ser livre, remetendo-se à situação de morar com os pais. Em alguns momentos, suas falas sobre o indivíduo livre apontavam claramente para uma situação idealizada de total privacidade, discutindo a possibilidade de que alguém possa gozar de sua liberdade sem a intervenção de outras pessoas. Chamou-nos a atenção nesse grupo a importância dada pelas jovens ao espaço privado como o lugar de exercício da liberdade por excelência. As jovens protagonizaram discussões sobre a dificuldade de ser livre na convivência com o outro quando se divide o mesmo espaço (no prédio, por exemplo), ressaltando essa dificuldade ao falarem da convivência com os pais e irmãos. A questão enfatizada pela jovem, “pra onde você vai?”, ilustra a tensão dessa situação: a relação entre pais e filhos vivendo sob um mesmo teto não se trata simplesmente do convívio entre indivíduos livres que precisam encontrar consensualmente maneiras de viver em conjunto. Trata-se, antes, de uma relação em que há hierarquia familiar, respaldada pela sociedade, na qual os últimos dependem dos primeiros, até que se tornem indivíduos desenvolvidos, independentes, livres. Porém, as oficinas nos ofereceram a oportunidade de ouvir dos próprios jovens como esse caminho para a independência e para a liberdade é tortuoso, custoso, e não se dá de maneira tão previsível assim.

Quanto à dependência dos filhos em relação aos pais, os jovens reconheceram que essa situação existe, e que é justificável, até certo ponto. Muitos participantes deram a entender, desde o início das oficinas, que compreendem as razões dos pais para que estes sejam rígidos ou limitem a liberdade que dão aos filhos. Entretanto, ao longo dos encontros, tal “compreensão” foi sendo nuançada, e os participantes falaram mais abertamente sobre os conflitos vividos com os adultos. Uma jovem do colégio particular disse:

Nesse período de mudanças que a gente passa na adolescência, os pais ainda estão tentando nos entender, então meus pais não me dão muita liberdade ainda. É um motivo de conflito, você tentando se encontrar, e ao mesmo tempo seus pais tentando te entender...

Os desejos de ser independente, de fazer e experimentar coisas por si próprio, entram em choque com as preocupações dos pais. Uma jovem explica: “*Porque hoje os pais estão muito preocupados com a segurança, né? A gente acaba tendo que se limitar mais por conta disso.*” (garota, 15, CP).

Os jovens do colégio particular foram, em sua maioria, muito críticos à ideia que os adultos têm de que podem “mandar” nos mais jovens em virtude da hierarquia que existe entre mais velhos e mais novos. A escola foi apontada por eles como um espaço em que esse “abuso de autoridade” ocorre frequentemente. Uma participante resumiu assim a situação dos jovens: “*Além de ter que respeitar o que todo mundo tem que respeitar por conta do convívio, de todas as regras, a gente ainda tem que respeitar quem é maior de idade, que tem vários direitos sobre a gente.*” (garota, 15, CP).

Nesse sentido, os jovens falaram que os pais nunca admitem quando erram, ou quando estão se comportando de uma maneira que eles mesmos criticam. As jovens afirmaram perceber que certos comportamentos (mentir, magoar a outra pessoa) têm pesos diferentes quando ocorrem com elas e quando são as mães que se comportam desse modo.

Por mais que o jovem perceba que as regras do jogo familiar não valem para pais e filhos da mesma maneira, tematizar isso em casa e ser ouvido nem sempre é fácil. Entender essa diferença de posições entre jovens e adultos, entre filhos e pais é fundamental para compreendermos como a ideia de liberdade é significada e vivida pelos primeiros. Especialmente porque sua realização não pode ser completa em relações hierarquizadas e de dependência, como são as relações familiares.

Mas será que os jovens sentem que esse período de tutela de suas vidas é necessário, que precisa ser assim? Surgiram muitas falas criticando tal relação de dependência imposta aos filhos. Entretanto, em todos os grupos houve também ponderações sobre a importância dos limites, colocados pelos pais, para a boa educação dos filhos. Podemos afirmar que, nesses momentos de reflexão, os jovens não estavam reclamando diretamente dos constrangimentos paternos, mas tentando dar sentidos a regras que, tantas vezes, parecem completamente sem sentido.

Pensar no que poderia acontecer se os pais dessem “muita liberdade” aos filhos foi um exercício feito em quase todos os grupos, gerando diversas polêmicas. Os jovens elencaram casos de filhos (jovens conhecidos dos participantes) que se “revoltaram” contra a rigidez dos pais, e foram desenvolvendo seus argumentos sobre o que é dar uma “boa educação” para um filho.

Ao longo de toda essa discussão, os conflitos entre pais e filhos estiveram em primeiro plano. Uma jovem fez questão de lembrar: “*Os pais têm que saber também que os seus filhos crescem, né?*” (garota, 16, IE). Inspirado por toda a discussão, um jovem disse: “*Você pode estar achando que tá na medida, mas pro seu filho já é muito rígido. Você acha que está no caminho certo, mas pra ele você não está dando liberdade. O difícil é balancear.*” (garoto, 18, IE).

O jovem supracitado toca em um ponto que é fundamental para a discussão sobre liberdade entre pais e filhos: o que acontece quando há a discordância a respeito da medida ideal de liberdade a ser dada? Se os filhos são pessoas incapazes de discernir o certo do errado, o que pode e o que não pode, os pais precisam ser rígidos e impor os limites, mesmo que à força. Contudo, durante todos os encontros com os grupos, conversamos com jovens que mostraram pontos de vista bem elaborados sobre essa relação tensa e difícil que é a relação com os pais quando já se é um sujeito que sabe o que quer, de certo modo, e é preciso se manter obediente a uma série de normas com as quais não se concorda. Por essa razão a fala desse rapaz é tão interessante: ela põe em cena as dificuldades que são constitutivas da relação em família, e – podemos extrapolar – da relação com o outro. Como saber se o que eu estou fazendo para o outro, com a melhor das intenções (como os jovens afirmam que são as intenções dos pais), não está sendo tomado como um desrespeito, uma arbitrariedade, uma injustiça? Se é interesse dos pais fazer com que sua relação com os filhos se dê da melhor maneira possível, gerando bons resultados (isto é, filhos bem educados, bem sucedidos, felizes, como foi dito durante as oficinas), essa dificuldade em lidar com o outro, em se fazer entender e entender aquilo de que o outro precisa, torna a tarefa de ser pai/mãe algo extremamente complexo. Uma das jovens apostou na confiança para que tal relação se dê da melhor forma:

Se você consegue conversar, se seu filho meio que te conta tudo, você tem uma boa relação, acho que dá pra medir. Mas ser pai deve ser difícil [sorri]. Parece ser difícil. Acho que tem que ter a confiança de ambos os lados. (garota, 16, IE)

Mas essa confiança não é fácil de ser alcançada. Ela, inclusive, não é possível quando os jovens querem fazer coisas que seus pais não permitem. Mesmo assim, a conversa foi apontada por muitos dos participantes como uma maneira de os pais ocuparem uma função que vai muito além do lugar do constrangimento e da coerção, podendo ser parceiros dos próprios filhos na difícil tarefa que é viver e gozar da liberdade.

Se essa confiança não é uma realidade, ela é ao menos desejada. Os jovens demonstraram, durante

os debates, que sabem que seus pais se preocupam com eles, mas que eles mesmos têm opiniões sobre as regras e as orientações que lhes são dadas, e que gostariam que elas fossem ouvidas, respeitadas. Nesse aspecto, a fala da jovem do grupo de teatro, que mora com o pai, é bem enfática:

Meu pai fala assim: 'ah, eu faço isso pro seu bem, porque você vai por esse caminho e você vai quebrar a cara...' aí eu falo pra ele: 'ó, então deixa eu quebrar a cara! Porque eu tenho que aprender as coisas sozinha, eu não vou estar sempre com você do meu lado. Quando é que eu vou ter essa responsabilidade? (garota, 18, GT)

Quem pode agir livremente? Reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência

A fala da jovem acima nos leva ao centro da discussão sobre liberdade e juventude: quem é o sujeito livre, efetivamente? Que tipo de liberdade pode ser vivida pelos jovens? E, principalmente, que concepção de sujeito está presente quando tematizamos a liberdade? Ao mostrar que está submetida a uma autoridade com a qual não concorda, e que a própria justificativa do pai não faz sentido porque ela não se vê protegida pelos cuidados paternos, a jovem evidencia a dificuldade contida numa relação em que um dos polos se julga capaz de fazer certas escolhas, de cuidar de sua própria vida, e o outro não reconhece essa capacidade. Esses limites não são claros, não são ponto pacífico entre pais e filhos, e durante as oficinas a experiência de liberdade esteve associada, para tais jovens, à difícil relação que têm com seus pais.

Uma das situações fictícias propostas para o debate nos grupos narrava um momento da vida de Kelly, jovem de 18 anos, moradora de comunidade, que largou os estudos muito cedo para cuidar dos irmãos e ajudar sua mãe e, agora que quer trabalhar para ter seu próprio dinheiro, não consegue um emprego porque não sabe ler e escrever. A construção desta história teve como propósito trazer para o debate uma situação na qual a figura liberal do 'indivíduo que escolhe' não está evidente. Há nela componentes que se misturam, como a realidade social de pobreza, a questão do gênero da personagem, e o fato de ela ser uma criança quando se deu o abandono escolar. Esses elementos tornam a situação bem complexa, complicando uma avaliação pautada na ideia de livre arbítrio. Por outro lado, não é possível afirmar que houve uma determinação causal na história da jovem, visto que há um sujeito que se insinua nessa narrativa – Kelly quer ter seu próprio salário, não quer mais depender de sua mãe. Outro aspecto importante dessa situação é que ela traz

o problema da autonomia: quem está preparado para tomar "boas decisões"? Os componentes mencionados acima (classe social, gênero e idade) são impeditivos para o exercício da autonomia? Cientes das dificuldades implicadas nessa última situação, levamos a história fictícia para os jovens comentarem. Esse caso foi um disparador de questões muito interessantes sobre o contexto em que as escolhas se dão, ou mesmo em que elas se impõem aos sujeitos.

Em relação à condição da personagem Kelly no momento da decisão de deixar a escola, a história menciona apenas que "ela teve que parar de estudar muito cedo, porque sua mãe precisava de ajuda" no cuidado da casa e dos irmãos. Os participantes tiveram interpretações distintas sobre essa passagem. No colégio particular, alguns jovens leram a situação de Kelly responsabilizando-a diretamente pelas consequências que a personagem enfrentava aos 18 anos, como não conseguir um emprego, por exemplo: "*Saber ler e escrever ia dar toda a liberdade pra ela ... Ler e escrever é essencial para conseguir um emprego, pelo menos o emprego que ela quer*" (garota, 17, CP). Esta jovem diz ainda que Kelly está enfrentando agora as consequências de não ter estudado para cuidar dos irmãos: "*As escolhas têm um contexto, e tal, mas a partir do momento que você escolhe o que vai fazer, você sabe as consequências e sabe o que você quer.*".

A discussão neste grupo ficou muito presa à ideia de que Kelly poderia ter se recusado a sair da escola, mas, como não fez isso, agora está colhendo os resultados de sua "escolha". A jovem de 17 anos disse, inclusive, que o grande ponto dessa situação é a decisão de Kelly, e que isto estaria acima das questões sociais e familiares, colocando todo o peso das consequências na responsabilidade individual da personagem:

A partir do momento que você é o senhor da sua ação, você tem que ter responsabilidade. Ela poderia ter escolhido outra coisa... É claro que não dá pra tirar o contexto social. Mas ela teve a liberdade de poder escolher, uma liberdade inicial. (garota, 17, CP)

Nessa discussão no colégio particular, foi difícil ressaltar os aspectos contextuais da situação. Ainda que nem todos os participantes tenham se pronunciado, aqueles que falararam fizeram a defesa da culpabilização do indivíduo por suas escolhas, não importando em que circunstâncias elas se dão. A possibilidade de "escolher" já seria, em si mesma, o exercício da liberdade. Vemos que alguns pressupostos caros ao liberalismo atravessam a fala deste grupo: o sucesso e o fracasso se devem, de maneira geral, ao esforço individual e às escolhas feitas ao longo da história de vida, muito mais do que ao contexto no qual essas escolhas se realizam.

Já os jovens do grupo de teatro e do colégio federal discutiram se Kelly foi livre ou não para decidir a respeito de abandonar a escola quando era criança. Os participantes desses dois grupos trouxeram o contexto em que Kelly vivia e os problemas que estava enfrentando, tratando da noção de liberdade como “liberdade de poder fazer escolhas”, mas considerando que são escolhas que não se dão em condições puramente formais, isto é, desencarnadas, abstratas, nem dependem exclusivamente do sujeito que escolhe. Eles enfatizam, em suas falas, que tais circunstâncias são importantes para entender o que se passou, e mesmo para a personagem não ser responsabilizada exclusivamente pelas consequências do abandono escolar.

Vale ressaltar que muitos participantes, em diferentes grupos, afirmaram como característica do ‘ser jovem’ alguma imprudência, alguma irresponsabilidade, uma “falta de consciência” sobre os efeitos das escolhas feitas no dia a dia. Essa caracterização nos chama a atenção, pois, ainda que os participantes se reconhecessem na categoria de “jovens”, ao falarem da marca de irresponsabilidade da juventude, não pareciam estar falando de si mesmos. A afirmação da precipitação, da irreflexão e da inconsequência dos “jovens” era sempre seguida de exemplos de jovens que usam drogas, de desrespeito familiar, de abandono da escola, ou qualquer outra experiência que claramente (da perspectiva dos participantes) colocasse o jovem em risco. Mas os próprios participantes não pareciam se incluir nos referidos comportamentos. Assim, pareceu-nos que essas falas se amparavam numa certa ideia de juventude – imatura, irresponsável, inconsequente – com a qual os próprios participantes não se identificavam.

Ser livre e ser jovem: uma equação possível?

Se a liberdade individual é um valor privilegiado em nossa sociedade, entre os jovens ela assume um estatuto peculiar. Ainda que a sociedade, de maneira geral, associe liberdade e juventude, no que toca ao exercício da liberdade enquanto direito, os jovens não se encontram em posição de gozar plenamente da liberdade. No que concerne a essa posição ambivalente, Barros (2010) salienta, a partir de sua pesquisa com jovens universitários, que os jovens podem conviver com expectativas e realidades aparentemente conflitantes em suas vidas, sem que isso coloque em questão a perspectiva de que estão trilhando o caminho que é esperado, de que “correspondem positivamente à expectativa social de passagem para outro patamar da vida, mesmo que não de forma ritualizada” (p. 89).

No entanto, em nosso trabalho, buscamos dar espaço para as falas de não conformidade com o que se esperaria da posição do jovem – uma vez que essa posição, como discutimos inicialmente, é construída como um lugar de não saber, de incapacidade e de tutela pelas ciências humanas e da saúde. Os participantes de nossa pesquisa apontaram reiteradamente situações em que, apesar de discordarem de seus pais ou responsáveis, precisam acatar suas decisões, que dizem respeito às suas próprias vidas, já que estão submetidos hierarquicamente às suas decisões. Mas, mesmo se encontrando nessa condição de tutelados e/ou dependentes, os jovens se colocaram intensamente nos encontros, dispondo-se a avaliar as relações que entrem com os adultos na família e na escola, a discutir os problemas que veem na maneira desses adultos lidarem com eles, e refletindo acerca das dificuldades que podem ser enfrentadas por aqueles que ocupam o lugar de quem deve educar os mais novos.

Não é de se estranhar que os jovens participantes das oficinas tenham levantado tantos questionamentos em relação às regras definidas pelos mais velhos. Em nossa sociedade, que tem seus principais valores oriundos da modernidade, a liberdade entre os cidadãos é um valor muito importante. Porém, crianças e jovens (assim como tantas outras minorias) não possuem as características estabelecidas para terem acesso à liberdade, ainda que a reconheçam como um valor. Como discutimos neste artigo, aí residem muitas das condições para os conflitos entre jovens e adultos, filhos e pais, estudantes e professores. Entendemos que o tipo de liberdade hegemonicamente valorizado em nossa sociedade, que deve ser gozado como um direito individual, exclui do debate a questão do conflito com o outro. O que os jovens colocaram em questão nas oficinas foi que não é possível pensar a liberdade sem problematizar os limites, as diferenças e a tensão que a alteridade instaura na experiência de liberdade.

Além disso, uma pergunta que permanece ecoando após a análise de tantas falas queixosas de pouca liberdade é: se os jovens não podem ser plenamente livres porque lhes faltam certos atributos, será que, quando adultos, se livrarão das dificuldades por eles apontadas no exercício da liberdade? Entendemos que essas dificuldades não estão relacionadas ao fato de um sujeito ser adulto ou jovem, mas sim à convivência inevitável com o outro que se presentifica na ação livre. Assim, vale destacar que tanto a teoria liberal quanto as teorias psicológicas do desenvolvimento não parecem contribuir para o entendimento das relações intersubjetivas com pessoas livres. Ao contrário, através do estímulo à individualização, à competição, à

privatização dos interesses, essas teorias só vêm afastar a discussão da liberdade do campo da coletividade, da esfera pública, e da relação com o outro.

Aproximar a discussão da liberdade de questões ligadas à convivência conflituosa com o outro pode permitir que outros sujeitos, que não o indivíduo exaltado pelo liberalismo (independente, autocentrado, racional), experienciem a liberdade e possam narrar tais experiências. A análise das falas dos jovens participantes desta pesquisa evidenciou que a questão da liberdade está muito mais próxima da experiência do desentendimento e do conflito do que da realização do consenso e do cultivo individual da tolerância ensejados pela teoria liberal. Desta forma, entendemos que a liberdade deve ser pensada como uma experiência intersubjetiva e, no limite, como exercício potencialmente político, e não simplesmente como a posse de um atributo individual.

Uma consequência considerável da problematização da liberdade nesses termos é que a psicologia pode ganhar um papel privilegiado na discussão da liberdade quando esta é remetida à relação com o outro e pensada sob a perspectiva do conflito. Para tanto, é necessário que a psicologia não se defina pela manutenção das posições sociais estabelecidas, dos processos de socialização e individualização vigentes, mas como um campo de saber que pode contribuir para o entendimento das relações entre pessoas, e entre instituições e pessoas, com toda a dimensão conflituosa e com as situações de opressão e injustiça que constituem essas relações. Assim, é imprescindível pensar a liberdade para além do silenciamento da normatização de sua experiência, destacando sua função de produtora de ruídos, de mal-estar e de estranhamento. Mais especificamente no tocante ao tema de nossa pesquisa, enfatizamos uma questão que se coloca para a psicologia: como pensar a infância e a juventude sem propor a elas um processo de socialização exclusivamente voltado para a individualização e privatização dos sujeitos, e sem abdicar de discutir temas como liberdade e relações intersubjetivas? Certamente tal problema ultrapassa a questão central do presente trabalho, mas permanece como tema de reflexão para pesquisas futuras.

Referências

- Assunção, C. Q. S., Assis, R. M., Campos, R. H. F. (2012). Infância, ciência e desenvolvimento: representações sociais na Revista Pais & Filhos. *Educação em Revista*, 28(4), 77-104.
- Barros, M. M. L. (2010). Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 71-92.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2003). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Berlin, I. (2000). Introdução. In J. S. Mill, *A liberdade; Utilitarismo* (pp. VII - LIV). São Paulo: Martins Fontes.
- Berlin, I. (2002) Dois conceitos de liberdade. In I. Berlin, H. Hardy, & R. Hausheer (Eds.), *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios / Isaiah Berlin* (pp. 226-272). São Paulo: Companhia das Letras.
- Burman, E. (2008). *Deconstructing Developmental Psychology*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Casarin, J. C. (2008). Isaiah Berlin: afirmação e limitação da liberdade. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 283-295.
- Castro, L. R. (2010). *Falatório: participação e democracia na escola*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Gouvea, M. C. S & Bahiense, P. N. (2011). A narração da história da psicologia do desenvolvimento e da produção sobre a infância nos livros didáticos. *Memorandum*, 20, 70-82.
- Marchi, R. C. (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, 37, 387-406.
- Mattos, A. R. (2012). *Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos de liberdade para os jovens no contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Piaget, J. (1986). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Piaget, J. & Inhelder, B. (1978). *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Qvortrup, J. (2010). A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, 36(2), 631-643.

Agradecimento

À agência de fomento, CAPES, através de bolsa de doutorado recebida pela primeira autora.

Submissão em: 29/07/2013

Revisão em: 29/11/2013

Aceite em: 26/12/2013

Amana Mattos é mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágio doutoral pela CAPES, na Rutgers University, EUA. É professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pavilhão João Lyra Filho. Rua São Francisco Xavier, nº 524, 10º andar, bloco F, sala 10.019. Maracanã. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
E-mail: amanamattos@gmail.com

Lucia Rabello de Castro é mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de Londres, Grã-Bretanha. É professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia desse Instituto (PPGP/UFRJ).
E-mail: lrcastro@infolink.com.br